

À

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado - RS

Setor de Licitações

Recurso Administrativo

Referência nº: Processo Licitatório nº 64/2025 – Concorrência nº 001/2025

Data da abertura da sessão: 23 de Abril de 2025

A Empresa **PFG Poços Artesianos Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.250.019/0001-38, inscrição estadual 138/0045980, com sede na Avenida Dom Pedro II, 245, Bairro São Paulo, CEP 99950-000, na cidade de Tapejara - RS, neste ato representada pelo Sr. Marcio Parisotto, brasileiro, inscrita no CPF sob o nº 040.952.059-46, residente na Avenida Dom Pedro II, 245, na cidade de Tapejara/RS, na forma da Lei 8.666/93 Artigo 109 Inciso I Alínea “a”, vem interpor **Recurso Administrativo** conforme fatos e fundamentos jurídicos descritos a seguir:

Do Direito

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

Nossa legislação é sábia quando invoca para si a observância do princípio constitucional da isonomia, o qual obriga a administração a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e dita **regras para que a mesma seja julgada e processada em conformidade com a igualdade de competitividade entre os licitantes.**

Desta forma, comprova-se a viabilidade jurídica do recurso ora interposto, que é feito em razão das irregularidades apontadas durante o processo licitatório acima citado, conforme será demonstrado e comprovado cabalmente na sequência.

A empresa PFG Poços Artesianos Ltda., participante do certame, apresentou todos os documentos solicitados para sua habilitação, no entanto, a empresa Hidromineradora Getúlio Vargas, não atendeu.

Inabilitação Hidromineradora Getúlio Vargas

O Objeto:

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para realizar a perfuração de poço artesiano tubular profundo na área urbana do município, assim como realizar a construção e instalação de 3 (três) reservatórios de água metálicos e três torres metálicas que serão construídos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Gama e na Rede de Água Brasil, localizados no Distrito Ponte Queimada; bem como no Centro Cultural, localizado no Distrito Cadeado, todos no interior do município de Boa Vista do Cadeado e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Constatou-se inicialmente que a empresa não apresentou as negativas de débito estadual e municipal, não sendo algo que pode ser inserido por uma diligência, nesse momento a empresa já deveria ser **DECLASSIFICADA**.

Somando a isso não apresentou Orçamento Discriminativo e o Cronograma Físico-Financeiro assinados por responsável técnico legalmente habilitado e por representante legal da empresa, assim como o Cálculo do BDI e Encargos Sociais (item 17.4.6. do projeto básico).

Ainda não cumpriu o item 18.3 e também não comprou sua Regularidade Econômica e Financeira.

18.3. Relativos à Regularidade Econômica e Financeira:

18.3.1. Certidão negativa em matéria falimentar e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou emitida na página do Tribunal de Justiça, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

18.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

18.3.3. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

18.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

18.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Diante do exposto, constatamos que a empresa Hidromineradora Getúlio Vargas não está habilitada para execução do serviço objeto desta licitação. Visto que a mesma não comprovou sua habilitação.

Como o objeto da licitação é claro que busca empresas que possuem qualificação em todas as esferas, , não pode a empresa Hidromineradora Getulio Vargas, prosseguir na condição de concorrente por ferir condição essencial do edital.

Assim, a recorrente busca através do presente recurso a inabilitação da Hidromineradora Getulio Vargas.

O edital traz exigências que devem ser cumpridas.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.

Do Pedido

Com todas as razões expostas acima, requer-se, como forma de observância aos preceitos legais, ao Processo Licitatório nº 64/2025 – Concorrência nº 01/2025, e a Inabilitação da Hidromineradora Getulio Vargas por não atender a qualificação solicitada, visto que o atendimento das exigências do Edital, que são de extrema importância para a realização do objeto da licitação de forma séria, responsável.

- a) Caso a comissão não acatar e julgar improcedente o referido recurso, a preponente buscará seus direitos por vias judiciais.

Sem mais, pede-se deferimento.

Tapejara, 29 de Abril de 2025

PFG Poços Artesianos Ltda.

CNPJ: 13.250.019/0001-38

Márcio Parisotto

CPF: 040.952.059-46

RG: 3572075

Representante Legal